

*Brasília, 09 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Agência Câmara

Segunda-feira, 08 de junho de 2026 | Pirataria

**Comissão da Câmara debate combate à pirataria, contrabando e evasão fiscal ..... 3**

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online

Segunda-feira, 08 de junho de 2026 | Direitos Autorais

**Indenização envolvendo Xuxa pode chegar a R\$ 60 milhões ..... 4**

## Veja.com

Segunda-feira, 08 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Defensores do Projeto de Lei das patentes reagem ..... 5**

## Comissão da Câmara debate combate à pirataria, contrabando e evasão fiscal



Depositphotos

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre **Pirataria** discute nesta terça-feira (9) estratégias integradas de combate à **pirataria**, ao contrabando, ao descaminho e à evasão fiscal.

O debate atende a pedido do coordenador do colegiado, deputado Julio Lopes (PP-RJ), e está marcado para as 15 horas, no plenário 3.

Segundo o parlamentar, o mercado ilegal financia organizações criminosas e causa prejuízos à arrecadação pública e à economia formal.

"Estima-se que cerca de 85% dos delitos no país possuam motivação econômica, drenando recursos que deveriam financiar políticas públicas e gerando uma concorrência desleal que asfixia a indústria nacional", afirma o coordenador.

### Conselho de Combate à Pirataria

Julio Lopes defende a revitalização do **Conselho Nacional de Combate à Pirataria** para ampliar a articulação entre o governo e o setor produtivo.

Ele também pretende discutir possíveis ajustes na legislação para enfrentar práticas criminosas associadas ao crime organizado e à sonegação fiscal.

### Agenda Brasil Legal

Segundo Julio Lopes, a Agenda Brasil Legal depende da atuação coordenada das instituições responsáveis pela repressão de fronteiras, pelo patrulhamento de rodovias e pela investigação criminal.

O objetivo é fortalecer a segurança pública e combater as ilegalidades.

A Agenda Brasil Legal reúne ações e propostas para combater atividades ilegais, como **pirataria**, contrabando, **falsificação** e mineração ilegal.

A iniciativa busca proteger consumidores, empresas e a arrecadação pública.

Da Redação - ND

## Indenização envolvendo Xuxa pode chegar a R\$ 60 milhões



Processo trata da violação de **direitos autorais** e de marca reconhecida em tribunais. Uma disputa judicial envolvendo a apresentadora Xuxa Meneghel e uma possível violação de **direitos autorais** será analisada nesta terça-feira pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em julgamento, os ministros deverão definir o valor da indenização devida ao empresário Leonardo Soltz, que pode chegar a cerca de R\$ 60 milhões, considerando juros e correção monetária acumulados ao longo de 26 anos de

tramitação.

O caso envolve a empresa Xuxa Promoções e Produções, acusada de utilizar, sem autorização, personagens criados por Soltz para um projeto infantil desenvolvido em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Segundo o empresário, a proposta intitulada "Turma do Cabralzinho", apresentada à produtora da apresentadora em 1999, teria servido de base para a criação da "Turma da Xuxinha".

A violação de **direitos autorais** e de marca já foi reconhecida pela Justiça em duas instâncias. Por isso, o julgamento no STJ não discutirá mais a existência da infração, mas apenas o cálculo da indenização a ser paga.

Relator do processo, o ministro Moura Ribeiro votou pela redução do valor da condenação. Em seu entendimento, devem ser excluídos os juros moratórios e a correção monetária, o que reduziria a indenização para cerca de R\$ 3 milhões. O julgamento será retomado nesta terça-feira.

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER Ancelmo Gois Notícias sobre Rio, samba, natureza e cultura Xuxa

## Defensores do Projeto de Lei das patentes reagem



Análises e bastidores exclusivos sobre o mundo dos negócios e das finanças

Priorizar nos meus resultados Google

O debate sobre o PLP 32/2026 ganhou um novo capítulo. Após a reação de entidades contrárias a pontos do projeto, o Movimento Brasil Pela Inovação saiu em defesa da proposta e afirma que o mecanismo previsto no texto não representa uma nova forma de extensão automática de patentes, mas uma recomposição limitada de prazo em casos de atraso administrativo do **INPI**.

Segundo o movimento, o chamado Patent Term Adjustment (ou PTA) busca corrigir prejuízos causados pela demora do Estado na análise de pedidos de patente. A proposta, diz a entidade, teria teto máximo de cinco anos e seria aplicada apenas em situações específicas, quando a demora for atribuída ao poder público. Para o grupo, comparar esse mecanismo à extensão automática derrubada pelo

Supremo Tribunal Federal em 2021 levaria a uma leitura equivocada do projeto.

Esse é justamente o ponto central da disputa. De um lado, críticos do PLP afirmam que a recomposição pode ampliar, na prática, períodos de exclusividade e atrasar a entrada de concorrentes, especialmente em setores sensíveis como saúde, defensivos agrícolas e biotecnologia. De outro, os defensores do texto sustentam que a ausência de compensação para atrasos do **INPI** aumenta a insegurança jurídica e afasta investimentos em pesquisa e desenvolvimento no país.

O Movimento Brasil Pela Inovação também argumenta que o projeto não mira setores específicos e pode beneficiar qualquer área intensiva em tecnologia, de saúde e agro a energia, telecomunicações e mecânica. A entidade afirma ainda que o PLP inclui medidas de fortalecimento da ciência nacional, como a criação de um fundo para manutenção de **patentes** estratégicas de universidades e ICTs públicas, além de mecanismos para impedir o contingenciamento de recursos do **INPI**.

Sobre o possível impacto no SUS, uma das principais críticas feitas por entidades contrárias ao texto, o movimento sustenta que a recomposição de prazo não comprometeria o orçamento público, já que os preços de medicamentos no Brasil são regulados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e o governo dispõe de poder de negociação em compras de larga escala.

# Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais .....	2
Marco regulatório   INPI .....	3
Patentes .....	3
Pirataria .....	1